

# O ACORDO ORTOGRÁFICO E A EDIÇÃO DE OBRAS CLÁSSICAS DA CULTURA PORTUGUESA: O CASO DA *OBRA COMPLETA* *PADRE ANTÓNIO VIEIRA*

---

**José Eduardo Franco\***  
**Aida Sampaio Lemos\*\***

**Resumo:** Os clássicos do pensamento e da literatura devem em cada época ser reeditados, atualizados e comentados à luz da ciência presente para poderem ser lidos pelos herdeiros da língua em que foram escritos. A *Obra Completa Padre António Vieira* seguiu normas de transcrição textual que, determinadas pelo propósito de oferecer a um público alargado uma edição que lhe assegurasse condições de legibilidade e de fruição dos textos vieirinos sem desvirtuar o pensamento do autor, se alicerçaram em princípios norteados pela *razão do leitor*. O acordo ortográfico de 1990 foi tomado como base de trabalho pela equipa de especialistas e investigadores de universidades portuguesas e brasileiras que levou a bom termo a preparação e edição desta obra.

**Palavras-chave:** *Obra Completa Padre António Vieira*. Critérios de transcrição textual. Acordo ortográfico de 1990.

*Muitos passarão e múltipla será a ciência*  
(Dn 12, 4).

[...] *em havendo olhos maus não há obras boas*  
(Padre António Vieira).

*Pelo que fizeram, se não de condenar muitos, pelo que não fizeram, todos*  
(Padre António Vieira).

---

\* Universidade de Lisboa – Lisboa – Portugal. E-mail: joseeduardofranco@gmail.com

\*\* Universidade de Lisboa – Lisboa – Portugal. E-mail: aida.sampaio.lemos@gmail.com

■ **A**s comunidades científicas de cada época têm a missão de observar e refletir sobre as metamorfoses da língua expressas na criação literária. Como organismo vivo, a língua acaba inevitavelmente por assumir as marcas de cada tempo, incorporando os contributos da experiência dos povos que a falam advinda das relações históricas que estabelecem com outras comunidades em contextos e situações de mobilidade e de interdependências sociais, políticas, religiosas e culturais que se vão instituindo. A percepção cultural da evolução da língua como fenómeno histórico e cultural exige o estudo atento e contínuo dos que têm a missão de estudar e cuidar do uso da língua como instrumento fundamental de construção social, gnosiológica, como canal de comunicação identitária e como instrumento por excelência de criação literária e de pensamento (LÉON, 2004, p. 23 et seq.).

O registo histórico da evolução da língua de um povo no seu processo de aquisição de diversidade vocabular, de novas tonalidades fónicas, de variações sintáticas e de modulações semânticas obriga a uma necessidade de atualização para que a língua seja, na sua forma e nos seus conteúdos, audível pela cadeia das gerações que se sucedem e que herdaram a língua e da qual se tornam em cada tempo sujeitos que a falam e a enriquecem com novos elementos, aspetos e qualidades.

Neste processo de evolução e atualização, urge que a comunidade de falantes de uma dada língua seja capaz de ler a produção literária e cultural na forma que a língua apresenta no presente como instrumento de comunicação, mas também para que possa aceder às grandes produções do passado que deram forma primeira e fundadora à língua que hoje se fala. O reconhecimento desta herança numa cadeia de longa duração é importante para que a língua de um povo ganhe dimensão, profundidade e sentido de memória numa perspetiva de duração temporal longa (OLEO, 2010, p. 16 et seq.).

Assim sendo, os clássicos do pensamento e da literatura elaborados numa dada língua devem em cada época ser reeditados, atualizados e comentados à luz da ciência presente para poderem ser lidos e entendidos pelos herdeiros da língua em que foram escritos. Consideramos, por isso, que constitui um serviço importante para a identidade cultural de uma dada comunidade linguística a edição atualizada dos clássicos para continuarem a ser lidos e compreendidos pelo maior número possível dos falantes da língua em que foram escritos, a fim de reforçar os laços de afirmação e perenidade dessa mesma língua no presente.

Ademais, cumpre-nos lembrar que o debate atual sobre a defesa da língua e da sua propriedade, por vezes, aparece encarcerado numa lógica que marcou os três séculos anteriores: a da construção dos Estados-Nação. A língua foi defendida então e afirmada fortemente e, no caso português, desde o tempo de Pombal com a imposição imperial da “Língua do Príncipe”, como instrumento de unificação política e de domínio colonial. Hoje, no século XXI, em plena globalização, em que a lógica da organização nacional do mundo dá cada vez mais lugar a uma lógica de redes e de blocos globais, tem cada vez menos sentido entender e defender a língua numa perspetiva fechada e presa à ideia clássica de nação, tanto mais que as grandes línguas imperiais europeias, entre elas a portuguesa, se construíram, complexificaram e afirmaram globalmente na relação com os povos e culturas de outros continentes (MARTINS, 2011). Esses diversos povos, culturas e línguas acrescentaram valor e riqueza às línguas europeias e deram novas propriedades e abrangência, fazendo delas também suas. Ora,

esquecer esta história de construção universal das línguas hoje globais é um dado importante para compreendermos o direito inalienável de todas as comunidades falantes de uma dada língua de se sentirem “condôminos” e sujeitos (CRISTÓVÃO, 2008, 2012) da mesma num tempo em que é mais importante e significativo a comunhão das partes ou dos parceiros do que o “orgulhosamente sós”, com pretensão fora de tempo de regulação universal, de uma parte por mais fundadora que seja da língua (MARTINS, 2007).

Essa memória de construção intercontinental faz parte do patrimônio desta nossa língua. Este sentido da universalidade da construção do português pode potencializar o desiderato de fazer dela uma língua de convívio pacífico entre povos irmanados através deste instrumento de comunicação comum, pelo que urge que consideremos realmente esta língua como tendo sido construída por todos aqueles que a falam (BURGET, 2013, p. 42-47). Eduardo Lourenço (1999, p. 174) refletiu, nesta esteira, o único sentido aceitável da construção de uma comunidade lusófona, ou seja, a edificação de “comunidade”:

*A lusofonia não é nenhum reino mesmo encartadamente folclórico. É só – e não é pouco, nem simples – aquela esfera de comunhão e de compreensão determinada pelo uso da língua portuguesa com a genealogia que a distingue entre outras línguas românicas e a memória cultural que, consciente ou inconscientemente, a ela se veicula. Neste sentido, é um continente imaterial disperso por vários continentes onde a língua dos cancioneiros de Fernão Lopes, de Gil Vicente, de Bernardino, de Pêro Vaz de Caminha, de João de Barros, de Camões se perpetuou essencialmente na mesma que lhe chamamos ainda portuguesa e outra na modelação que o contacto com novas áreas linguísticas lhe imprimiu ao longo dos séculos.*

O Padre Antônio Vieira, com a sua vida e a sua obra, representa de forma extraordinária esta dimensão construída e construtiva em perspectiva universalizante da língua portuguesa, abraçando continentes, povos, culturas e identidades diversas. A edição da sua obra completa não poderia trair este sentido de universalidade, que transporta uma nova utopia para uma globalização marcada pela fraternidade e justiça entre os povos do mundo.

O trabalho de fixação textual dos documentos que integram os 30 volumes da *Obra Completa Padre Antônio Vieira*, escritos nos quais encontramos o *ethos* marcante e excepcional deste nome maior da cultura em língua portuguesa, seguiu critérios prévia e cuidadosamente estabelecidos que tiveram em conta aspectos fundamentais como os objetivos e o tipo de edição, as fontes manuscritas e impressas, os inéditos e as edições existentes dos textos vieiranos.

Como exemplo das potencialidades da língua e como memória de um dos nossos maiores escritores, a obra de Vieira configurava-se como um patrimônio que importava divulgar, pelo que as normas de transcrição textual seguidas nesta edição da sua *Obra Completa* foram igualmente determinadas pelo propósito de oferecer a um público alargado, nomeadamente de leitores sem formação filológica, mas interessados na produção vieirana, uma edição que, sendo de divulgação, lhes assegurasse condições de legibilidade e de fruição dos textos; textos cuja diversidade temática, tipológica e de fontes pesou igualmente em algumas das opções tomadas na adoção dos critérios de transcrição.

Como mediador necessário entre estes textos do século XVII e o leitor atual, o editor teve de refletir estrategicamente, usando uma expressão de Castro e

Ramos (1986, p. 101), sobre os objetivos e o tipo de edição, bem como sobre o seu público preferencial, sabendo, como afirmam os autores citados, que a transcrição

*[...] [é um] fenómeno tático [que] depende [...] de razões estratégicas que a transcendem: será conservadora, modernizadora ou de compromisso, em obediência a factores que lhe são externos e que se situam essencialmente na esfera da relação de leitura a estabelecer entre o texto e o seu público.*

Além disso, o editor tinha consciência de que as suas intervenções teriam como alvo textos tidos como um paradigma da literatura em prosa do século XVII de um autor por muitos considerado “o clássico mais autorizado” e mestre da língua portuguesa, tomado por isso também como modelo de bom uso da língua em trabalhos metalinguísticos – entre os quais se encontram obras de nomes como Rafael Bluteau e Francisco José Freire.

Posto isto, na base dos princípios que orientaram a adoção das normas de transcrição textual desta edição da obra vieirana esteve o que denominamos de *razão do leitor* (LEMOS, 2002), ou seja, uma estratégia de edição que centra a sua atenção no leitor e, portanto, leva em consideração a variedade dos interesses, objetivos e formações de todos os potenciais leitores, pretendendo facilitar-lhes o acesso ao texto, sem que tal implique, contudo, adulterar o pensamento do autor ou desfigurar os seus textos de forma a retirar ao leitor o prazer de aceder à voz deste vulto, que se lhe dirige a partir do tempo e do espaço originais por meio da mediação do editor.

Assim, e sendo certo que nenhuma edição satisfaz por si só todos os leitores e todos investigadores, e muito menos contenta simultaneamente leitores e investigadores, os critérios de transcrição seguidos na edição da *Obra Completa Padre António Vieira* passaram por uma opção que pode ser encarada como modernizadora, regulando-se pela normalização e atualização de aspetos gráficos e linguísticos, que, obviando dificuldades de acesso ao texto pelo leitor contemporâneo, não desrespeita o conteúdo do texto original nem desvirtua o pensamento do autor.

Alguns dos traços mais marcantes das opções tomadas (a descrição mais pormenorizada dos critérios pode ser encontrada na *Obra Completa*) passaram pela supressão das características ortográficas e evolutivas, tendo-se normalizado as grafias segundo a norma em vigor – o acordo ortográfico de 1990, questão central deste Dossiê e a que nos referiremos daqui a pouco –, sendo as alografias resolvidas por meio da acentuação ou atualização ortográfica; foram igualmente substituídos pelos correspondentes atuais os grafemas em desuso, e as consoantes duplas foram reduzidas a simples; *m*, *n* e vogais com til, representando vogais e ditongos nasais, foram transcritos segundo as normas ortográficas atuais; foi introduzida a indicação de nasalidade por meio de *m* segundo o uso atual em palavras que no texto não a apresentavam; as terminações verbais em *-aõ* foram transcritas por *-am* quando em formas dos tempos presente e pretérito; foram aglutinadas ou separadas algumas palavras segundo o uso atual; foi introduzido o hífen, designadamente nas conjugações pronominais e reflexas, e o pronome *lhe* foi flexionado em número, respeitando a concordância nominal dos respetivos contextos de ocorrência.

Uma opção mais difícil e mais problemática foi a relativa à transcrição na sua forma gráfica atual de palavras que apresentavam na época de Vieira uma outra

grafia, sendo que, em alguns casos, tais grafias poderiam corresponder a uma fonia distinta, tais como *reposta* > *resposta*, *experiencia* > *experiência*, *ancias* > *ânsias*, *sustância* > *substância*, *naceo* > *nasceu*, *atraz* > *atrás*, *sugeytos* > *sujeitos*, *complices* > *cúmplices*, *quiz* > *quis*, *poz* > *pôs*, *creou* > *criou*, *baxo* > *baixo*, *enuejas* > *invejas*, *efeituar* > *efetuar*, *intender* > *entender*. Fizemo-lo em casos como os agora referidos, embora tenhamos mantido palavras hoje tidas como arcaísmos e/ou formas populares, tais como *abendidoado*; *alfim*; *ancila*; *corrido* (= envergonhado); *discurso* (= decurso); *alvedrio*; *encontrado* (= oposto); *esperdiçar* (= desperdiçar); *tirar* (= atirar); *cristã-novice*, etc.; ou formas verbais arcaicas, como *impida* (= impeça); *seres* (= serdes), as quais constam do Elucidário Vocabular, incluído no volume IV, do tomo IV da *Obra Completa*, um documento de consulta para os leitores e que, apresentando um conjunto selecionado de termos e expressões presentes nos textos vieiranos, pode contribuir para o conhecimento do léxico usado pelo autor.

Ao nível lexical, de referir ainda que, além de formas vernáculas, os textos de Vieira contêm numerosos exemplos de latinismos e de formas latinizadas (além de italianismos e castelhanismos), seguindo a tendência de “latinização” ou “relatinização” do léxico do português do período clássico; seguindo o critério da atualização ortográfica, foram, pois, suprimidos os dígrafos *th*, *ch*, *gm*, *pt* nessas formas latinizantes, tendo o uso do *h* sido igualmente regularizado segundo o uso moderno.

As abreviaturas no corpo de texto foram desenvolvidas sem indicação gráfica, com exceção de abreviaturas de referências não bíblicas em latim, e procedeu-se a uma uniformização e modernização regrada do uso de maiúsculas e minúsculas, considerando-se particularmente as especificidades dos textos: nos textos epistolográficos, na distribuição de maiúsculas foi tido em consideração o tom reverencial e formal usado no discurso epistolar, razão pela qual os títulos e cargos, por exemplo, aparecem maiúsculados; foi também a especificidade do discurso sermonístico que motivou a manutenção, nos textos do tomo II, da distribuição das maiúsculas e minúsculas da *editio princeps*, com exceção dos pronomes referentes aos *nomina sacra*, os quais foram transcritos com maiúscula.

A acentuação foi usada conforme as regras atuais; a pontuação foi igualmente atualizada, exceto nos textos sermonísticos, dada a especificidade destes em termos de configuração oratória, embora nestes textos tenha havido lugar a algumas intervenções que visaram obviar dificuldades de leitura, dado que o leitor contemporâneo estranharia alguns sinais de pontuação que, nos textos vieiranos, e como característica da época, serviam sobretudo funções prosódicas e não tanto semântico-sintáticas como hodiernamente (como, por exemplo, a vírgula, que nestes casos suprimimos, entre sujeito e predicado e entre subordinante e subordinada completiva).

As intervenções feitas nos textos de Vieira na edição da sua *Obra Completa* foram, pois, sobretudo ao nível ortográfico e, em menor grau, lexical, e não da morfossintaxe, tendo sido mantidos, por exemplo, a variação no uso de artigo definido antes de possessivo ou antes de nome, o mais-que-perfeito simples do indicativo em subordinadas condicionais como meio de expressão de sentido hipotético (“Se com cada cem Sermões se convertera, e emendara um homem, já o mundo fora santo”, diz Vieira no “Sermão da Sexagésima”), formas verbais arcaicas (*impida* (= impeça), *despida* (= despeça), *seres* (= *serdes*), formas do participio passado como *afligido* (promete Vieira, numa carta ao marquês de Nisa, “um

tão afeiçoado e fiel coração como ao presente fica desconsolado e afligido”), bem como o género de palavras como *o tribo, comua, o catástrofe, o ênfase, o apóstrofe, a diadema*, e o uso predicativo do relativo “cujo” (na *Defesa perante o Tribunal do Santo Ofício*, diz Vieira: “Ihe foi comunicado por aquele riquíssimo e soberano Senhor, cujos são os tesouros deste e de toda a sabedoria”).

As citações bíblicas, por seu turno, foram objeto de versão portuguesa específica, tendo em mente o texto da Vulgata; sendo traduzidas de raiz, procurou-se a conformação às versões portuguesas hoje correntes, sobretudo do lecionário litúrgico, sempre que elas se adequassem ao texto citado e ao propósito do autor; a referência das respetivas fontes e a atualização dos nomes próprios foram conformes à *Bíblia de Jerusalém*.

De referir ainda que foi dado conta ao leitor de todas as intervenções de correção, acrescentamento ou supressão de formas nos textos de Vieira, sendo essas intervenções do editor assinaladas por meio de parênteses angulares e/ou acompanhadas de nota de rodapé.

As opções em termos de critérios de transcrição textual ligadas aos aspetos ortográficos seguiram, como é sabido, as normas estabelecidas nas bases do acordo ortográfico de 1990. Tal decisão, além de respeitar a posição da editora que publicou a *Obra Completa Padre António Vieira*, foi igualmente alicerçada na convicção, e usando as palavras de Herculano de Carvalho (2010, p. 385), de que a língua,

*[...] objeto histórico, sujeito às vicissitudes próprias de todo o objeto histórico, como saber transmitido, perpetuamente se transforma e diversifica. Quer isto dizer que se transforma no tempo e se diversifica no espaço. Em primeiro lugar no tempo: se é certo que os modos linguísticos do presente representam a continuação ininterrupta de modos linguísticos do passado, não é menos evidente que eles não são hoje inteiramente idênticos ao que foram em épocas anteriores. Sabemos de fato que a língua portuguesa não é hoje a mesma que a língua falada pelos contemporâneos de Camões e que, quanto mais recuamos no tempo, mais acentuado se torna o contraste [...].*

Ora, e fazendo uma afirmação demasiadamente óbvia e básica, a língua de Vieira, tal como aparece nos impressos e manuscritos, autógrafos e apógrafos, que reunimos, revisitámos e dos quais fizemos leituras e respetivas transcrições paleográficas de raiz, não é a língua que falamos e escrevemos, quer hoje, quer antes do acordo ortográfico de 1990, pelo que, e sendo certo que com o nosso trabalho não desvirtuámos o pensamento de Vieira, é igualmente justo que não desprestigiámos a sua obra porque usamos o novo acordo ortográfico na sua edição ou porque interviemos em aspetos ortográficos dos seus textos. O que fizemos, sim, foi pôr à disposição de um grande número de leitores a obra completa de um autor maior, o seu pensamento, as suas lutas, as suas ideias para Portugal, as suas críticas, as análises que fez do tempo e da sociedade em que viveu. Na verdade, por meio desta *Obra Completa*, o leitor poderá aceder às palavras de Vieira e com elas se deleitar, delas colher ensinamentos e por meio delas agir – materializando-se assim passados séculos, junto do leitor contemporâneo, as finalidades da retórica barroca do *movere, delectare, docere*.

Ademais, importa destacar o papel instrumental facilitador da utilização do acordo ortográfico em vigor como base de trabalho que permitiu um entendimento eficaz nas opções que tivemos de tomar no quadro da preparação da edição

da *Obra Completa* de Vieira. A reunião de uma equipa de especialistas de Portugal e do Brasil para trabalhar numa publicação conjunta e simultânea de todos os escritos de Vieira em ambos os países e como desiderato de abranger todos os territórios do mapa da lusofonia encontrou no acordo ortográfico em processo de aplicação um caminho unificante que nos poupou duplicação de critérios e permitiu que fosse estabelecida uma matriz linguística comum para uma edição atualizada capaz de ser aceite em todo o universo lusófono, nomeadamente nos dois países onde Vieira viveu as duas metades da sua vida, e ajudado a aperfeiçoar e a engrandecer a língua que é o dado comum e estruturante das identidades das duas pátrias de Vieira. A eficácia do trabalho em equipa e o sucesso do acolhimento de uma edição simultânea em terras lusitanas e em terras de Vera Cruz com os mesmos critérios e a mesma matriz editorial é uma conquista histórica inédita só possível no quadro do acordo em vigor.

Como afirmou Rita Marquilhas (2009, p. 77), o acordo ortográfico de 1990 gerou

*[...] uma polarização tal de argumentos nas esferas intelectual, política e popular que acabou por emergir daí um objecto de extrema complexidade sociológica. Nele se cruzam valores associados aos conceitos de língua, de história, de literatura, de escrita, de educação, de democracia, de identidade, de raça, de colonialismo, de globalização económica e de indústrias culturais [...].*

E, acrescentamos nós, de valores afetivos e emocionais que ligam (e devem ligar) os falantes à sua língua, ligação que comprova a consciência do valor primordial da língua como estruturante da identidade. Contudo, a língua é, e todos o sabemos, muito mais do que a sua ortografia, muito mais do que as convenções estabelecidas para a sua representação gráfica, as quais, sofrendo alterações ao longo do tempo, sempre provocaram grandes polémicas, o que, sendo compreensível, porquanto, e como lembra Vieira numa carta a Catarina de Inglaterra, “A dor não tem juízo, e nenhuma é maior que a do amor ofendido”, é necessário ultrapassar sobretudo quando o objetivo é maior – como foi o propósito, realizado com sucesso, de publicar a *Obra Completa* de um autor, e de um homem, extraordinário e único como foi o Padre António Vieira.

**THE ORTHOGRAPHIC AGREEMENT AND THE PUBLISHING OF CLASSIC WORKS OF PORTUGUESE CULTURE: THE CASE OF THE COMPLETE WORKS OF FATHER ANTÓNIO VIEIRA**

**Abstract:** The classic works of thought and literature must be periodically republished, updated and discussed in the light of current scientific knowledge in order for them to be read by the heirs of the language in which they were written. The *Complete Works of Father António Vieira* followed the rules of textual transcription established with the *reader in mind*, with the purpose of offering a wider audience an edition which ensured conditions of readability and enjoyment of Vieira’s texts without distorting the author’s thought. The orthographic agreement of 1990 was the basis of the work developed by the team of experts and researchers from Portuguese and Brazilian universities that brought to a successful conclusion the preparation and publishing of this work.

**Keywords:** *Complete Works of Father António Vieira*. Criteria of textual transcription. Orthographic agreement of 1990.

## REFERÊNCIAS

- BURGET, A. Nas teias da língua: sobre a conceção da lusofonia em contextos pós-coloniais. *Letras com Vida*, v. 5, p. 42-47, 2013.
- CARVALHO, H. Correção e norma linguística. In: BECHARA, E. *Estudo da língua portuguesa: textos de apoio*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. p. 385-396.
- CASTRO, I.; RAMOS, M. A. Estratégia e tática da transcrição. In: VV.AA. *Critique Textuelle Portugaise: actes du colloque*, Paris, 20-24, octobre 1981. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1986. p. 99-118.
- CRISTÓVÃO, F. *Da lusitanidade à lusofonia*. Coimbra: Almedina, 2008.
- CRISTÓVÃO, F. (Dir.). *Ensaio lusófonos*. Coimbra: Almedina, 2012.
- LEMONS, A. S. Para a edição da prosa literária escrita em português do século XV. In: VV.AA. *Actes du XV Congrès International de la Société Rencesvals – l'épopée médiévale*. Poitiers: Collection Civilisation Médiévale, 2002. 2 v.
- LÉON, M. *La memoria del tempo*. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2004.
- LOURENÇO, E. *A nau de Ícaro, seguida de imagem e miragem da lusofonia*. Lisboa: Gradiva, 1999.
- MARQUILHAS, R. Abordagem histórico-sociológica do debate em torno do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. *Grial: Revista Galega de Cultura*, v. 184, n. 47, p. 76-81, 2009.
- MARTINS, G. d'O. *Portugal: identidade e diferença*. Lisboa: Gradiva, 2007.
- MARTINS, M. de L. *Crise no castelo da cultura: das estrelas para o ecrãs*. Coimbra: Grácio Editor, 2011.
- OLEO, Ó. *La edad sistémica de los objetos culturales: teoría de los pasados confluente*. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2010.

Recebido em dezembro de 2015.

Aprovado em fevereiro de 2016.